

## O SUCESSO DAS COOPERATIVAS

**Roberto Rodrigues\***

O cooperativismo brasileiro, com a coordenação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), vem apresentando um grande crescimento na participação da economia nacional.

As cooperativas agropecuárias, por exemplo, já respondem por 51% do valor da produção rural do País, o que é um dado eloquente visto que mais de 80% dos cooperados são pequenos e médios proprietários de terra.

Esse sucesso tem uma causa remota: os avanços institucionais consagrados na Constituição de 1988. Até este momento, se um grupo de pessoas quisesse constituir uma cooperativa, tinha de passar por uma série de exigências, tais como ter no mínimo vinte associados (cooperados); definir, no seu estatuto social, quais eram os objetivos da entidade (agrícola, de trabalho, de crédito, habitacional, de consumo, e assim por diante), a sua área de atuação (quais municípios), quantos diretores, o valor da quota-parte (sinônimo de ações), o capital mínimo; dizer quem seriam os dirigentes, com o currículo de cada um para provar que eram pessoas de reputação ilibada; e provar a viabilidade econômica do empreendimento.

De posse dessas informações, o Incra concedia a AF, e, só depois disso, a cooperativa podia ser constituída, ser registrada na Junta Comercial e, por fim, receber o seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). E todo ano, as cooperativas eram obrigadas a enviar ao Incra as atas de suas Assembleias Gerais, e, se aquele órgão encontrasse alguma coisa que considerasse irregular, podia intervir na gestão.

Em uma memorável campanha, a OCB conseguiu inserir na Constituição chamada Cidadã o inciso de número XVIII do artigo 5º (focado no tratamento dos direitos gerais), que veda a participação do Governo na constituição e no funcionamento das cooperativas.

Esse item extinguiu as AFs, dando liberdade de ação às cooperativas, em isonomia com as demais entidades do mercado.

Foi um grande acontecimento: liberdade! Mas as lideranças sabiam que a essa liberdade correspondia uma maior responsabilidade, e a OCB criou o programa de “autogestão”: caberia ao sistema cooperativista estabelecer as regras de comportamento das suas filiadas em cada estado e controlar a sua aplicação com rigor. Ao longo do tempo, a cooperativa que não cumprisse os princípios da autogestão era excluída do sistema pela própria OCB.

Essa foi a grande revolução que trouxe maturidade ao movimento cooperativo, logo depois apoiado pelo nascimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), o S do movimento, que fez vigorosos investimentos na formação de recursos humanos para a governança das cooperativas.

Foi, portanto, há 33 anos que se forjaram as bases de um cooperativismo bem dirigido, cujos resultados maravilhosos são colhidos agora.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**